

Economia

FALE COM O EDITOR RAFAEL GUZZO E-MAIL: economia@redetribuna.com.br

Minha Casa, Minha Vida para quem ganha até 8 mil

Serão três faixas de renda das famílias para participar e comprar imóvel popular em condições especiais. Câmara aprovou medida

Gustavo Andrade

Quem tem renda familiar de até R\$ 8 mil vai poder comprar imóvel popular inscrito no programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal.

A medida provisória que recria a iniciativa foi aprovada ontem pela Câmara e agora vai ao Senado. Segundo o texto, haverá três faixas de renda de beneficiados. Nas áreas urbanas, a Faixa 1 destina-se a famílias com renda bruta familiar mensal de até R\$ 2.640; a 2 vai até R\$ 4,4 mil; e a 3, até R\$ 8 mil.

A proposta também prevê reformas de imóveis inutilizados nas grandes cidades, o reajuste no valor de obras já iniciadas e o incentivo à construção de unidades próximo a grandes centros urbanos.

A medida aprovada não traz dados sobre subsídios, mas uma portaria de abril mostra que a ajuda do governo vai chegar a 95% do valor do imóvel para famílias da Faixa 1, num limite de R\$ 170 mil, para unidades em áreas urbanas.

Para a Faixa 2, os subsídios ainda

não foram definidos, mas há tendência de aumento da ajuda em relação ao antigo programa. Para a Faixa 3, o governo prevê juros reduzidos e condições facilitadas.

No Estado, a perspectiva é de lançamentos, segundo o presidente da Associação dos Construtores Capixabas, João Roncetti. Exceto na Faixa 1, que, disse ele, "vai depender da boa vontade dos municípios".

"No passado, esse tipo de empreendimento provocou problemas sociais nas cidades. É preciso de uma gestão social mais adequada, só que há falta de recursos."

A perspectiva é também de mais empregos, na visão do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado (Sinduscon-ES). O presidente da entidade, Douglas Vaz, disse que há uma grande carência habitacional na Faixa 1.

"Muitas obras do programa ficaram paralisadas nos últimos anos. Essa retomada representa a criação de empregos, não só na construção civil, mas em toda a cadeia."

O programa é uma oportunidade de ocupar prédios em estado de abandono nas regiões centrais das cidades, segundo Gilmar Custódio, vice-presidente da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário do Estado (Ademi-ES).

Um dos que podem dar lugar a moradias é o edifício Getúlio Vargas, que abrigava o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), no centro de Vitória.



PRÉDIO do IAPI, no centro de Vitória, pode dar lugar a moradias populares

Governo federal amplia uso do FGTS para comprar imóvel

O governo elevou o limite de recursos que o Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista (Pró-Cotista), linha de financiamento que oferece juros reduzidos para trabalhadores titulares de contas vinculadas do FGTS, poderá direcionar para a compra de imóveis novos.

Neste ano, o orçamento do Pró-Cotista é de R\$ 6,7 bilhões. Do total previsto, no mínimo, R\$ 2,010 bilhões devem ser direcionados ao financiamento de imóveis novos.

Além disso, ficou estabelecido que, no máximo, R\$ 2,010 bilhões podem ser utilizados para financiamento de imóveis com valor de venda superior a R\$ 500 mil.

Antes, no mínimo, R\$ 1,2 bilhão poderiam ser destinados ao financiamento de imóveis novos; e, no máximo, R\$ 600 milhões, no financiamento de imóveis com valor superior a R\$ 500 mil.

ANÁLISE

Arlida Teixeira, economista



"Positivo para a população"

"A Caixa Econômica Federal vai seguir sendo financiadora, mas não será a única mais e isso pode reduzir o custo de produção, pois vai ter competição, e é muito positivo."

A reestruturação do Minha Casa, Minha Vida visa melhorar a qualidade dessas moradias e também a localização, em relação ao que era no início, e também com a reforma de prédios sem utilização.

Vejo sob ponto de vista econômico a reestruturação do programa como um avanço, porque toda vez que se quebra um monopólio, nesse caso da Caixa, é positivo para a população.

Não é só a construção de moradias de baixa renda, o programa é positivo desde o início, sendo inclusivo, e representa dignidade para os beneficiados e dá ao empresário e construtores, reduções de impostos".

SAIBA MAIS

Mudanças

> A MEDIDA PROVISÓRIA do programa Minha Casa, Minha Vida retira da Caixa Econômica o monopólio sobre as operações do programa habitacional e estabelece o repasse obrigatório de até R\$ 7 bilhões a estados e municípios, ao ano, para aportarem no segmento.

> A PROPOSTA estimula políticas fundiárias que garantam a oferta de áreas urbanizadas para habitação, com localização, preço e quantidade compatíveis com as diversas faixas

de renda do mercado habitacional.

> A PREFEITURA DA SERRA informa que tem feito análise e esses dados incluem, inclusive, bairros passíveis de participar do Minha Casa, Minha Vida, de forma a garantir investimentos na área habitacional.

> A PREFEITURA de Vila Velha aguarda a definição de critérios de liberação de recursos para o programa.

> A PREFEITURA DE CARIACICA informa que não há prédios que pertencem ao município que se encaixem no programa. A de Vitória não respondeu.

Prioridades

> O TEXTO da MP também prevê prioridades para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, povos tradicionais e quilombolas, além de famílias: que tenham a mulher como responsável pela unidade familiar; que tenham pessoas idosas, crianças, adolescentes e pessoas com câncer; em situação de vulnerabilidade ou risco social; em situação de emergência ou calamidade que tenham perdido a moradia em razão de desastres naturais.

Faixas de renda

> SEGUNDO a MP, haverá três faixas. Nas áreas urbanas, a Faixa 1 destina-se a famílias com renda bruta familiar mensal de até R\$ 2.640; a faixa 2 vai até R\$ 4,4 mil; e a faixa 3, até R\$ 8 mil.

> EM ÁREAS RURAIS, os valores são contados anualmente devido à sazonalidade do rendimento no campo. A Faixa 1 abrangerá famílias com até R\$ 31.680 anuais; a faixa 2 vai até R\$ 52.800; e a faixa 3, até R\$ 96 mil.

Fontes: Agência Brasil e prefeituras citadas.